

DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§1º art. 19 da LRF) (II)	123.462	1.991
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0	0
Decorrentes de Decisão Judicial	0	0
Despesas de Exercícios Anteriores	6.771	1.026
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	116.690	966
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	193.088	274
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)		193.361

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)¹		524.379.492
% DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V) * 100		0,036874
LIMITE MÁXIMO (Incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - <%> 0,104352		547.200
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único art. 22 da LRF) - <%> 0,099135		519.844

FONTE: SIAFI e COFIC/SOF/TSE

¹ Valores referentes à Portaria STN nº 328, de 19 de maio de 2011.

Nota:

Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em RESTOS A PAGAR não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

ELIZABETH RIGHETTI MORAIS
Secretária de Orçamento e Finanças

RONALDO CUNHA BARRETO
Secretário de Controle Interno e Auditoria

REGINA CÉLIA M. S. HICKMAN DOMENICI
Diretora-Geral

3ª REGIÃO

RETIFICAÇÃO

No Anexo I da Portaria 41 de 25.05.2011, que torna público o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região, referente ao período de maio/2010 a abril/2011, publicado na Seção 1 do Diário Oficial da União de 27.05.2011, na pág. 242, no valor indicado para Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta), referentes às Despesas Executadas (Últimos 12 meses) coluna Liquidadas onde se lê; 6.309 leia-se "6.039".

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO

5ª REGIÃO

ATO Nº 168, DE 24 DE MAIO DE 2011

A DESEMBARGADORA FEDERAL DO TRABALHO PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais, resolve determinar a publicação no Diário Oficial da União, do Relatório de Gestão Fiscal de que tratam os artigos 54, 55 e 72, da Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000, na forma dos Anexos a seguir:

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - 1.º QUADRIMESTRE DE 2011

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

MAIO /2010 A ABRIL/2011

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)		
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)	TOTAL (c) = (a) + (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	680.938	3.779	684.717
Pessoal Ativo	492.332	3.768	496.100
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)	-	-	-
Sentenças Jud. c/ Precat. (do Próprio Órgão e de Outros da Adm. Direta)	3.705	-	3.705
Demais Despesas com Pessoal Ativo	488.627	3.768	492.395
Pessoal Inativo e Pensionistas	188.606	11	188.617
Sentenças Judiciais sem Precatório (do Próprio Órgão)	-	-	-
Sentenças Judiciais c/ Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Adm. Direta)	-	-	-
Demais desp. Com Pessoal Inativo e Pensionistas	188.606	11	188.617
Outras desp. de pessoal decorrentes de contratos de terceiriz. (art.18, § 1º LRF)	-	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (ART. 19, § 1º DA LRF) (II)	216.909	3.778	220.687
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial	3.705	-	3.705
Despesas de Exercícios Anteriores	30.435	3.778	34.213
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	182.769	-	182.769
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL. (III) = (I - II)	464.029	1	464.030
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			524.379.492
% DA DESP. TOTAL C/ PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III c/ IV)*100	0,088491%	0,000000%	0,088491%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	0,207065%		1.085.806
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF)	0,196712%		1.031.516

FONTE: SIAFI e SVCONT/D.G./TRT5

Notas:

1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, or força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

2) Devido à impossibilidade de se segregar os valores entre Ativos, Inativos e Pensionistas, quanto às Sentenças Judiciais com Precatórios (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta), todo o saldo foi lançado como Pessoal Ativo, sendo R\$ 2.394 Precatórios da Administração Direta - Ação 0005 e R\$ 1.312 Setenças de Pequeno Valor - Ação 0625.

3) O valor de R\$ 24.143 refere-se a Destaque recebido para pagamento de Precatórios da Administração Indireta - Ação 0005 que não compõe este demonstrativo, conforme Acórdão 346/2006 - TCU - Plenário e Manual página 15.